

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA CURADORIA DE CONTEÚDOS

Andréa Vasconcelos Carvalho, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN),
<https://orcid.org/0000-0001-6763-3716>

RESUMO

A violência contra a mulher é um fenômeno prevalente na história da humanidade que se apresenta de diferentes formas e em diferentes espaços de interação social. Nesse contexto, destaca-se a violência doméstica e familiar contra a mulher que, apesar dos vínculos entre agressor e mulher em situação de violência, transcende o âmbito privado, constituindo-se em um problema social complexo. Para seu enfrentamento é necessária uma abordagem multidimensional, incluído a dimensão informacional, de modo a contribuir para a superação de lacunas na produção, integração e divulgação de informações. Diante disso, insere-se a curadoria de conteúdos como um processo voltado para a produção, a seleção e a disseminação de informações digitais de qualidade. Assim, objetiva-se analisar portais dedicados à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil, de modo a identificar quem são seus produtores e qual tipo de conteúdo é disponibilizado. Para atender os objetivos propostos foi realizada pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa e com finalidade exploratória, adotando os procedimentos de busca, seleção e caracterização de portais que disponibilizem conteúdos úteis para o enfrentamento a violência doméstica e familiar contra a mulher. Foram identificados apenas dez portais temáticos sobre o tema no Brasil. No que se refere aos produtores, a maioria dos portais identificados está vinculada ao poder público, com destaque para o poder judiciário, havendo também entidades da sociedade civil. No que se refere aos conteúdos, percebe-se que os portais priorizam a disponibilização de legislação, de informações de utilidade pública e de materiais informativos. Considera-se que, em seu conjunto eles se complementam, mas que se revelam insuficientes e lacunosos para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Palavras-Chave: Violência Contra a Mulher; Curadoria de Conteúdos; Enfrentamento a Violência; Violência Doméstica e Familiar.

AFRONTANDO LA VIOLENCIA DOMÉSTICA Y FAMILIAR CONTRA LA MUJER: APORTES DE LA CURACIÓN DE CONTENIDOS

RESUMEN

La violencia contra las mujeres es un fenómeno prevalente en la historia de la humanidad que se presenta de diferentes formas y en diferentes espacios de interacción social. En este contexto, destaca la violencia doméstica y familiar contra la mujer que, a pesar de los vínculos entre el agresor y la mujer en situación de violencia, trasciende el ámbito privado, constituyendo un problema social complejo. Para enfrentarlo es necesario un abordaje multidimensional, incluyendo la dimensión informacional para contribuir a la superación de brechas en la producción, integración y difusión de la información. Delante de eso, la curación de contenidos se inserta como un proceso orientado a la producción, selección y difusión de información digital de calidad. Por lo tanto, se objetiva analizar los portales dedicados a la violencia doméstica y familiar contra la mujer en Brasil, con el fin de identificar quiénes son sus productores y qué tipo de contenido está disponible. Para cumplir con los objetivos propuestos, se realizó una investigación aplicada, con enfoque cualitativo y con propósito exploratorio, adoptando los procedimientos de búsqueda, selección y caracterización de portales que brinden contenidos útiles para el combate a la violencia doméstica y familiar contra las mujeres. Solo diez portales temáticos sobre el tema fueron

identificados. En cuanto a los productores, la mayoría de los portales identificados están vinculados al gobierno, especialmente al poder judicial, y también hay entidades de la sociedad civil. En cuanto al contenido, los portales priorizan la disponibilidad de legislación, información de utilidad pública y materiales informativos. Se considera que, en su conjunto, se complementan, pero que resultan insuficientes y faltos para enfrentar la violencia doméstica y familiar contra las mujeres.

Palabras-Clave: Violencia Contra las Mujeres; Curación de Contenidos; Afrontando la Violencia; Violencia Doméstica y Familiar.

ADDRESSING DOMESTIC AND FAMILY VIOLENCE AGAINST WOMEN: CONTRIBUTIONS FROM CONTENT CURATION

ABSTRACT

Violence against women is a prevalent phenomenon in the history of humanity that presents itself in different ways and in different spaces of social interaction. In this context, domestic and family violence against women stands out, which, despite the links between the aggressor and the woman in a situation of violence, transcends the private sphere, constituting a complex social problem. To face it, a multidimensional approach is necessary, including the informational dimension in order to contribute to overcoming gaps in the production, integration and dissemination of information. In this way, content curation is inserted as a process aimed at the production, selection and dissemination of quality digital information. Therefore, the objective is to analyze portals dedicated to domestic and family violence against women in Brazil, in order to identify who their producers are and what type of content is available. In order to meet the proposed objectives, applied research was carried out, with a qualitative approach and with an exploratory purpose, adopting the procedures of search, selection and characterization of portals that provide useful content for fighting domestic and family violence against women. Only ten thematic portals were identified. With regard to producers, most of the portals identified are linked to the government, especially the judiciary, and there are also civil society entities. With regard to content, the portals prioritize the availability of legislation, information of public utility and informative materials. It is considered that, as a whole, they complement each other, but that they prove to be insufficient and lacking in facing domestic and family violence against women.

Keywords: Violence Against Women; Content Curation; Confronting Violence; Domestic and Family Violence.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno prevalente na história da humanidade. As bases dessa violência se assentam no patriarcado que determina as características e atitudes próprias de cada gênero e constrói uma narrativa de inferiorização da mulher em relação ao homem. Desse modo, o patriarcado tanto cria as condições quanto justifica a violência contra a mulher.

Configurando-se como um problema social complexo, a violência contra a mulher se dá de diferentes formas e em diferentes espaços de

convívio e de interação social, afetando a sociedade como um todo. Dentre suas várias facetas, neste estudo se aborda a violência doméstica e familiar que se caracteriza pela existência de laços de afeto e de intimidade entre o agressor e a mulher em situação de violência.

Entendida como uma violação dos Direitos Humanos, a violência contra a mulher tem sido objeto de tratados e políticas nacionais e internacionais com vistas ao seu enfrentamento.

Diante de sua complexidade, entende-se

que esse enfrentamento requer uma abordagem multidimensional, o que implica em considerar os aspectos sanitários, legais, econômicos, educacionais, políticos, entre outros. Nesse contexto, considera-se necessário considerar a dimensão informacional do enfrentamento a violência contra a mulher, o qual passa pela compreensão do papel da informação para compreender, conscientizar e combater o problema.

Assim, pese a generalizada sobrecarga informacional que vivenciamos na atualidade, pressupõe-se que, em face de aspectos políticos e culturais, no que se refere à violência contra a mulher há significativas lacunas informacionais. Essas lacunas se referem tanto a deficiências na produção de informações de qualidade, quanto à fragmentação das informações existentes e a limitações na divulgação de tais informações, conduzindo a invisibilidade social do problema.

Nesse contexto se insere a curadoria de conteúdos como um processo voltado para a identificação, a seleção e a disseminação de informações digitais de qualidade sobre um determinado tema e para um determinado público.

Diante do exposto, o objetivo geral deste estudo é analisar portais dedicados à

2 MARCO TEÓRICO

A violência doméstica e familiar contra a mulher ocorre no âmbito privado e íntimo, de modo que é marcada pelo tabu, pelo silenciamento, pela subnotificação e pela invisibilidade. Assim, analisa-se a dimensão informacional do enfrentamento a esse

2.1 Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Com base em mitos infundados e não em fatos biológicos, o patriarcado é uma estrutura e uma narrativa que cria, alimenta e mantém a violência contra a mulher ao longo do tempo e do espaço. Nesse sentido, cabe esclarecer a diferença entre sexo, que distingue entre feminino e masculino; e gênero, que, entre outras

disseminação de informações sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. De modo específico, objetiva-se: a) identificar quem são os produtores de tais portais; e b) verificar o tipo de conteúdo disponibilizado por eles.

A justificativa para a realização desta investigação radica na necessidade de verificar a dimensão informacional desse fenômeno, intensificado durante o isolamento social decretado para contenção da pandemia de Sars-Cov2. Também se considera oportuno verificar como o Brasil tem realizado o enfrentamento informacional desse problema mediante uma perspectiva aplicada da curadoria de conteúdos, temática ainda pouco explorada na literatura de Ciência da Informação nacional.

No que se refere à estrutura, após esta introdução é apresentado o marco teórico do texto que tem como pilares os estudos sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher e sobre a curadoria de conteúdos. Na sequência, são descritos os materiais e métodos adotados na pesquisa, bem como são apresentados e discutidos os resultados obtidos. Por fim, são expostas as considerações finais considerando tanto o atendimento dos objetivos propostos, quanto as limitações da pesquisa e as sugestões de estudos futuros.

problema. Nesse contexto, considera-se que a produção, o acesso e o uso de informação de qualidade são essenciais no combate e na prevenção da violência e na assistência e na garantia de direitos às mulheres, com vistas ao seu empoderamento.

possibilidades, estabelece o que é ser mulher. Sexo é uma categoria biológica, baseada em características objetivas e estáveis ao longo do tempo. De modo distinto, o gênero é uma categoria cultural, que se modifica ao longo do tempo e que é construída intersubjetivamente, variando em função de aspectos históricos,

geográficos, religiosos, políticos e sociais (Harari, 2020).

Considera-se que a violência contra a mulher tem no patriarcado seu sustentáculo (Carneiro, 2020). O patriarcado estabelece a divisão entre homens e mulheres, atribuindo características e papéis específicos a cada gênero e hierarquizando-os, de modo a inferiorizar a mulher em relação ao homem. Como afirma Studart (1983, p. 42) “em toda parte, as mulheres são cidadãs de segunda classe”.

Nesse contexto, a violência é um modo de exercer poder sobre a mulher. Essa violência pode ser física, sexual, patrimonial, psicológica, moral ou política. Esses tipos de violência podem ocorrer em diferentes contextos como o doméstico e familiar, o laboral, o educacional, o religioso e em outros espaços públicos.

Neste estudo, enfoca-se a violência doméstica e familiar contra a mulher que, de acordo com a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, caracteriza-se como “[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006).

Em razão da existência de vínculo de afeto entre o agressor e a mulher em situação de violência doméstica e familiar, considera-se que este tipo de violência ocorre de modo cíclico. Conforme o Conselho Federal de Psicologia (2013), no chamado ciclo da violência se sucedem continuamente as etapas de lua de mel, situação de conflito, episódio de violência, arrependimento e promessa de mudança. É a existência desse ciclo, que por vezes passa despercebido, que faz perdurar a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Pese os vínculos de afeto e de intimidade entre os envolvidos, esse tipo de violência transcende o âmbito privado, constituindo-se em um problema público que afeta a sociedade como um todo e que, portanto, demanda intervenção do Estado e da sociedade civil.

Assim, no contexto atual, tanto o Estado

quanto a sociedade civil organizada tem se mobilizado em torno da temática da violência contra a mulher tendo em vista seu impacto nos vários âmbitos da vida social.

Cabe salientar que a violência de gênero contra a mulher é agravada por fatores interseccionais, tais como como raça, orientação sexual e condições socioeconômicas (Gomes, 2020). Assim, trata-se de um problema complexo e multidimensional que impacta de diferentes formas a vida de mulheres, famílias e comunidades.

Desse modo, a violência doméstica e familiar contra a mulher requer um enfrentamento multidimensional para o qual contribuam as perspectivas de várias disciplinas e em torno do qual se articulem vários setores, tais como saúde, assistência social, justiça, segurança pública, educação, economia, entre outros.

Entende-se que em todos esses âmbitos a informação representa um recurso basilar, de modo que o efetivo enfrentamento da violência contra a mulher perpassa a informação. Pois, tanto a Administração Pública quanto a sociedade de uma forma geral demandam informações de qualidade para que seja possível enfrentar a violência contra a mulher, o que se expressa em ações de conscientização, de prevenção e de combate ao problema.

Nesse sentido, a produção, a difusão e o uso de informações de qualidade que tanto evidenciem o fenômeno quanto contribuam para a construção de políticas públicas e para a conscientização da sociedade são imprescindíveis.

Diante do exposto, entende-se que o enfrentamento informacional desse problema requer a produção, identificação, acesso, disseminação e uso de informação de qualidade sobre o tema que possibilite problematizar o fenômeno, desnaturalizando as situações de violência e fomentando uma mentalidade de respeito à dignidade de todos os cidadãos.

Entretanto, o enfrentamento informacional da violência contra a mulher

perpassa vários desafios.

Por um lado, como as práticas informacionais são condicionadas por aspectos contextuais e culturais, os processos de produção, disseminação, acesso e uso da informação também carregam tais condicionantes, pois não se constituem em ações puramente técnicas, mas sim em práticas sociais marcadas pela subjetividade. Neste sentido, no que se refere à produção da informação, Campos, Almeida (2017, pp 351) destacam a relevância das dimensões subjetivas dos agentes responsáveis por tal ação, tendo em vista a dimensão cultural da violência de gênero e seus impactos na fiabilidade da informação produzida.

2.2 Curadoria de Conteúdos

A atual sociedade da informação é caracterizada por uma sobrecarga informacional sem precedentes, superando muitas vezes a capacidade de processamento humana. Ademais, como afirma Carvalho (2020), a imensa quantidade de conteúdo disponível atualmente se caracteriza por sua heterogeneidade, fragmentação, contraditoriedade e dispersão. Diante disso é imprescindível filtrar e selecionar a informação. a que se dedica tempo e atenção.

Considerando o papel da informação na construção e reconstrução de significados e narrativas socialmente compartilhados, Ferreira e Cortes (2018, pp.27) afirmam que:

As práticas informacionais podem ter uma ação transformadora na vida dos agentes sociais e na produção de novos conhecimentos, visto que tanto a informação quanto o conhecimento podem transformar relações de poder, as quais subordinam e discriminam mulheres, negros/as, homossexuais, pessoas com deficiências, entre outros.

Nesse cenário, emerge a curadoria de conteúdos que se circunscreve a um determinado tema e a um público específico e é realizado por um especialista humano com o auxílio de ferramentas informáticas (Languens, 2013).

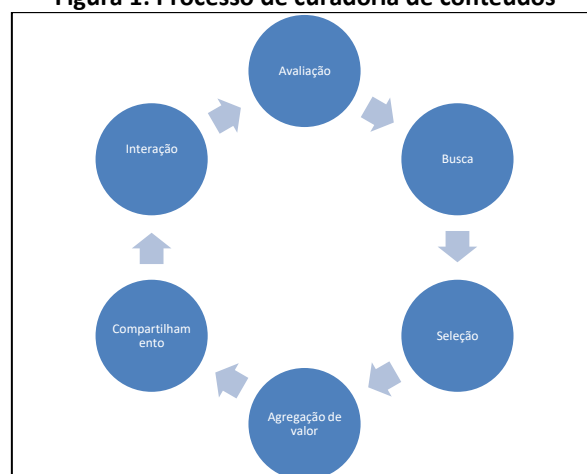
Segundo Carvalho (2020), a curadoria de

Por outro lado, Vianna, Freitas, Carvalho e Tsunoda (2022) chamam a atenção para as lacunas e a dispersão de dados e de informações fidedignas sobre a violência contra a mulher. Segundo os autores, isso aprofunda o problema e dificulta seu enfrentamento, tanto do ponto de vista técnico quanto no das políticas públicas.

Diante disso, neste estudo recorre-se a curadoria de conteúdos como processo útil para o enfrentamento informacional da violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesse âmbito, evidencia-se a identificação e seleção de portais sobre a temática de modo a verificar os responsáveis por sua produção e as características dos conteúdos disponibilizados.

conteúdos se caracteriza como um processo de gestão da informação digital que visa a disponibilizar informação na quantidade, profundidade, formato e local oportunos para um determinado público. Para a autora, a curadoria de conteúdos é realizada mediante as etapas de busca, seleção, agregação de valor, edição, compartilhamento, interação e avaliação do processo.

Figura 1: Processo de curadoria de conteúdos



Fonte: Adaptado de Carvalho (2020).

De acordo com Guallar e Codina (2018), a curadoria de conteúdos é uma atividade que se encontra na intersecção entre as áreas de comunicação e de informação/documentação.

Desse modo, o curador de conteúdos é um bibliotecário ou jornalista que tem “[...] a função e a responsabilidade de fornecer informação de qualidade aos cidadãos contra a desinformação” (Guallar; Codina; Freixa, Pérez-Montoro, 2020, pp 603)

Nesse sentido, a curadoria de conteúdos pode significar uma medida de combate ao que é identificado por Benedito, Ribeiro e Woida (2021) quando afirmam que a violência contra a mulher ocorre também porque: “[...] há um ambiente informacional que incentiva a produção e disseminação de informações preconceituosas e violentas contra as mulheres”.

Diante disso, as autoras defendem a necessidade de mediação informacional para combater a violência. Aqui se considera a curadoria de conteúdos como um processo que possibilita a mediação informacional.

Assim, entende-se que a identificação e seleção de fontes de informação de qualidade e

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa se caracteriza como aplicada, com abordagem qualitativa e com finalidade exploratória. Trata-se de uma pesquisa social on-line (Flick, 2013) na qual se analisa qualitativamente conteúdos presentes em páginas da internet. Ademais é explorada a intertextualidade de tais páginas uma vez que são examinados também os links e seus conteúdos.

Assim, para atender os objetivos propostos foi realizada busca, seleção e caracterização de portais temáticos que disponibilizem conteúdos sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil.

As buscas foram realizadas no período de 09 a 12 de agosto de 2022 mediante o Google (www.google.com) utilizando como termo de busca “[...] violência doméstica e familiar contra a mulher”. Diante da imensa quantidade de resultados recuperados, foram objeto de análise as cinco primeiras páginas.

Assim, foram acessados e analisados 55 resultados a fim de identificar se se tratava de um

relevante para um contexto específico se constitui em uma etapa essencial da curadoria de conteúdo voltada ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Dentre as fontes de informação digitais disponíveis aqui se destacam os portais verticais que se constituem em plataformas baseadas na web dedicados a um tema específico, o qual é tratado com profundidade. Os portais oferecem produtos e serviços de informação especializados dirigidos para usuários com interesses e necessidades informacionais relacionados ao tema tratado (Almeida, 2004).

Nesse sentido, considera-se que a identificação, seleção e análise de portais dedicados a abordar a violência doméstica e familiar contra a mulher é uma ação necessária para realizar curadoria de conteúdos voltada ao enfrentamento do problema e ao empoderamento das mulheres em situação de violência no Brasil.

portal vertical sobre o tema de pesquisa. Para tanto, foram considerados os seguintes critérios:

Quadro 1: Critérios para caracterização de portal vertical

1. Verticalidade temática: focalizar com profundidade um único assunto ou área
2. Conteúdos: produção, avaliação ou disponibilização de notícias, artigos técnico-científicos, legislação, estatísticas, relatórios, etc.
3. Serviços: disponibilização de ferramentas de busca, fórum de discussão, mídias sociais, boletins informativos, entre outros.
4. Público específico: comunidade com características e necessidades comuns no escopo do tema tratado

Fonte: Elaboração própria a partir de Almeida (2004).

Considerando os objetivos deste estudo, o critério da verticalidade foi adotado como eliminatório. De modo que dos 55 resultados analisados, apenas 10 foram incluídos neste estudo e foram descritos quanto aos demais critérios, como se pode observar na próxima

seção do artigo.

4 RESULTADOS

Conforme esclarecido anteriormente, dentre os resultados obtidos apenas dez foram considerados portais sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme Quadro 2:

Quadro 2: Portais temáticos sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher

PORTAL	URL
Agência Patrícia Galvão	https://agenciapatriciagalvao.org.br
CEVID/PR	www.tjpr.jus.br/web/cevid
CEVID/RS	www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/cevid-tjrs/
Coordenadoria da Mulher	www.tjse.jus.br/portaldamulher/
Instituto Maria da Penha	www.institutomariadapenha.org

	.br
Instituto Ressurgir Sergipe	www.institutoressurgir.org/
Não se Cale	www.naosecale.ms.gov.br
Núcleo de Proteção à Mulher	https://www2.mppa.mp.br/areas/atuacao/nucleos/nevm/
Observatório da Mulher contra a Violência	https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/
Observatório Judicial da Violência contra a Mulher	www.tjrj.jus.br/web/guest/observatorio-judicial-violencia-mulher

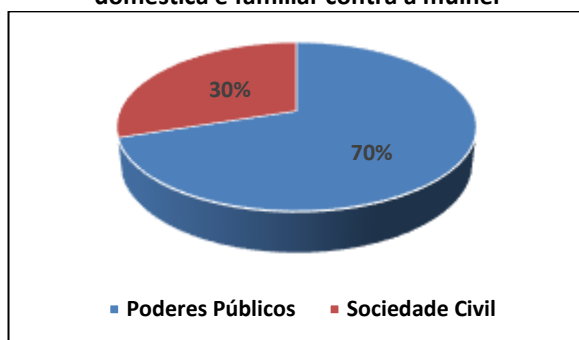
Fonte: Elaboração própria (2022).

Tendo em vista o atendimento ao primeiro objetivo específico deste estudo, na subseção seguinte são indicados os produtores dos portais identificados.

4.1 Produtores dos Portais Sobre a Violência Doméstica e Familiar

Observa-se que sete dos portais dedicados ao tema da violência doméstica e familiar contra a mulher são mantidos pelo poder público e três pela sociedade civil organizada.

Gráfico 1: Produtores dos portais sobre violência doméstica e familiar contra a mulher



Fonte: Elaboração própria (2022).

Dentre os portais mantidos pelo poder público, destacam-se os vinculados ao poder judiciário com cinco portais sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher. Neste contexto, são os Tribunais de Justiça estaduais que, em observância ao disposto na Resolução Nº 128 de 17/03/2011 do Conselho Nacional de Justiça criaram Coordenadorias Estaduais das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

Essa política do Poder Judiciário brasileiro é de grande relevância por sua capilaridade na disponibilização de informações de utilidade pública, tais como endereços e telefones das redes de assistência estadual, além de dados estatísticos, material informativo, legislação, entre outros.

Nesta pesquisa foram localizados quatro portais vinculados aos Tribunais de Justiça dos estados de Sergipe, denominado de Coordenadoria da Mulher; no Paraná e no Rio Grande do Sul, ambos nomeados de Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID); e no Rio de Janeiro, intitulado de Observatório Judicial da Mulher contra a Violência.

Também vinculado ao poder judiciário e com conteúdo similar às coordenadorias está o Núcleo de Proteção à Mulher do Ministério Público do Estado do Pará.

No âmbito do poder Legislativo, o Observatório da Mulher contra a Violência mantido pelo Senado tem a missão de enfrentar à violência contra a mulher mediante a produção e disponibilização de dados, pesquisas, análises e publicações sobre a temática.

No que se refere ao poder Executivo federal, cabe destacar a não identificação de portal dedicado à temática. Embora o site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (www.gov.br/mdh) tenha sido recuperado, a análise do site evidenciou que não se caracteriza como um portal temático sobre a violência contra a mulher, o que sugere pouca atenção ao enfrentamento informacional do problema por parte do executivo federal.

Por outro lado, o poder executivo do estado do Mato Grosso do Sul mediante a Subsecretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, produz o portal Não se Cale, que disponibiliza políticas públicas e legislação sobre o tema, além de abrigar a Ouvidoria da Mulher para receber denúncias.

Já vinculados à sociedade civil organizada, foram identificados três portais temáticos: a Agência Patrícia Galvão, o Instituto Maria da Penha e o Instituto Ressurgir Sergipe.

A Agência Patrícia Galvão foi criada em 2009 pelo Instituto Patrícia Galvão, organização criada por 30 comunicadoras feministas brasileiras com o objetivo de defender os direitos das mulheres por meio de ações na mídia. A Agência tem por finalidade produzir e divulgar notícias, dados e conteúdos multimídia sobre os direitos das mulheres brasileiras.

Com uma perspectiva complementar, o Instituto Maria da Penha (IMP) oferece

esclarecimentos sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de comunicados, projetos e serviços sobre o tema. Fundado em 2009 pela farmacêutica cearense Maria da Penha, o IMP é uma organização não governamental sem fins lucrativos que tem por objetivo enfrentar a violência contra as mulheres mediante mecanismos de conscientização e de empoderamento.

Cabe mencionar ainda o Instituto Professora Liete Oliveira Azevedo, denominado Instituto Ressurgir Sergipe, que atua no enfrentamento à violência contra a mulher mediante a disponibilização de dicas de livros, documentários, filmes, vídeos, cartilhas e outros conteúdos relacionados ao tema, além de informações e dados referentes ao estado de Sergipe. Criado em 2019, o Instituto é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos.

Diante do exposto, percebe-se o predomínio do poder público e concretamente do poder judiciário na manutenção de portais verticais dedicados à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Dando continuidade, para atender ao segundo objetivo específico deste estudo, é apresentada na subseção seguinte uma análise mais detalhada dos conteúdos oferecidos por cada um dos dez portais.

4.2 Conteúdos Disponibilizados pelos Portais Sobre a Violência Doméstica e Familiar

A análise dos conteúdos disponibilizados pelos portais foi realizada com base nas características de portais verticais estabelecidas por Almeida (2004), conforme indicado anteriormente.

Neste sentido, a seguir são apresentadas análises descritivas de tais portais considerando o modo como abordam o tema da violência doméstica e familiar, os serviços oferecidos, o tipo de conteúdo disponibilizado e o público ao qual se destina.

A Agência Patrícia Galvão se destaca na

produção e disponibilização de uma grande variedade de conteúdos sobre a violência contra a mulher de modo bastante abrangente, incluindo, mas não se limitando à violência doméstica e familiar. Dentre os tipos de conteúdos oferecidos se incluem boletins, dados, dossiês, pesquisas de opinião, notícias, informações de utilidade pública, vídeos, livros, guias e outras publicações sobre a temática.

Além disso, esse portal oferece serviços de busca, perfis em mídias sociais, navegação por assunto, assinatura de boletim informativo,

plataforma de dados e de fontes, agenda de eventos temáticos e podcasts.

Figura 2: Agência Patrícia Galvão



Fonte: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/> (2022).

O público-alvo da Agência são os profissionais da comunicação, buscando atender as necessidades de informações precisas, confiáveis e atualizadas sobre a temática da violência contra a mulher. Considera-se, entretanto, que os conteúdos disponibilizados também são de interesse para pesquisadores e para o cidadão comum.

Dando prosseguimento, o CEVID/PR e o CEVID/RS focam em conteúdos direcionados especificamente à violência doméstica e familiar contra a mulher.

O CEVID/PR disponibiliza materiais informativos, banco de dados estadual, artigos, relatórios, cartilhas, legislação, jurisprudência, orientações técnicas, notícias, guias e informações de utilidade pública, incluído contato e endereço da rede de enfrentamento a violência doméstica e familiar no Paraná. No que se refere aos serviços oferecidos, consta apenas a busca no site e a acessibilidade em Libras.

Já o CEVID/RS disponibiliza orientações em caso de violência doméstica e familiar, legislação, estatísticas estaduais sobre o tema, endereço e contato de centros de referência, juizados e delegacias especializados, guias, áudios e projetos relacionados a temática. Ademais, oferece acesso a grupo on-line de acolhimento as mulheres vítimas de violência, acessibilidade em Libras, barra de acessibilidade.

Dando prosseguimento, a Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça de Sergipe disponibiliza notícias, documentos jurídicos, legislação, jurisprudência, caracterização dos

equipamentos de enfrentamento a violência contra a mulher e seus endereços no estado, fluxos de orientação e de acesso a serviços, cartilhas, links e publicações. Esses conteúdos são complementados pelos serviços de busca interna, barra de acessibilidade e por links para os canais de denúncias do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Embora o público-alvo não seja indicado, entende-se que os conteúdos disponibilizados pelos CEVID e pela Coordenadoria da Mulher atendem a necessidades informacionais de operadores do direito, mulheres em situação de violência, do cidadão comum e de organizações que queiram conhecer e refletir sobre este tema, tais como escolas, associações, entre outras.

Na sequência, o Instituto Maria da Penha está voltado especificamente para a disponibilização de conteúdos relacionados diretamente à Lei n.11.340/2006, a Lei Maria da Penha. Nesse sentido, além de esclarecer sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher disponibiliza em versão integral, resumida e comentada a referida lei, além da biografia e de entrevista com Maria da Penha. Outros conteúdos disponibilizados, como comunicados e boletins do Instituto não apresentam novas edições há mais de um ano.

Figura 2: Instituto Maria da Penha



Fonte: <https://www.institutomariadapenha.org.br/> (2022).

No que se refere aos serviços, o IMP disponibiliza acesso em Libras, acesso ao Ligue 180, e contatos para workshops, consultorias e palestras sobre os temas tratados. Os públicos que podem ser atendidos por este portal são estudantes, professores, mulheres em situação de violência, grupos de mulheres, lideranças comunitárias, entre outros.

O Instituto Ressurgir Sergipe, por sua vez, disponibiliza informações de utilidade pública, como telefones de equipamentos de apoio às mulheres em situação de violência no estado; dados e legislação de Sergipe; cartilhas e textos informativos. Merece destaque a indicação de dicas de leitura, de vídeos, de documentários, séries e filmes sobre a violência contra a mulher.

No que se refere aos serviços, oferece links para perfis nas mídias sociais e serviço de atendimento on-line. Assim, esse portal é útil tanto para mulheres em situação de violência, quanto para a população em geral.

Dando continuidade, o Não se Cale apresenta legislação internacional, nacional e do Mato Grosso do Sul sobre a violência contra a mulher. Disponibiliza ainda textos informativos sobre o tema, vídeos e podcasts, informações sobre campanhas e projetos desenvolvidos bem como descrição, endereço e contato da rede de atendimento à mulher em situação de violência.

Figura 3: Não se cale



Fonte: <https://www.naosecale.ms.gov.br/> (2022).

O portal oferece menu de acessibilidade, incluindo Libras e oferece avaliação do site. O serviço de maior destaque, entretanto, é a Ouvidoria da Mulher, destinado à recepção de denúncias de violência doméstica ou de violação aos direitos da mulher. Assim, além de atender a necessidades das mulheres em situação de violência, apresenta-se útil para pesquisadores e estudantes.

O Núcleo de Proteção à Mulher disponibiliza textos informativos sobre a violência doméstica e familiar, Lei Maria da Pena, medidas protetivas, entre outras. Apresenta ainda informações sobre os projetos e programas institucionais e disponibiliza cartilhas e dados.

No que se refere aos serviços, apresenta opções de acessibilidade e indica canal de denúncia. Como serviço mais significativo disponibiliza o Banco de Peças que é uma ferramenta digital de buscas do Ministério Público do Pará que possibilita a pesquisa de leis, atos normativos, peças, expedientes, apresentações, documentos e outros modelos de atuação judicial e extrajudicial. Assim, apresenta interesse para mulheres em situação de violência e operadores do Direito.

Já o Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal divulga pesquisas, enquetes, livros, vídeos e boletins sobre a temática. Dentre os conteúdos disponibilizados, merece destaque a Pesquisa de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que tem abrangência nacional e em 2021 teve sua nona edição. Merece destaque também a pesquisa Mulheres na Política com dados de 2022.

Os serviços disponibilizados pelo Observatório incluem busca no site e acessibilidade. Assim, resulta em portal de interesse para pesquisadores e profissionais que atuam com essa temática

Figura 4: Observatório da Mulher contra a Violência



Fonte: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv> (2022).

Por fim, o Observatório Judicial da Violência contra a Mulher do Poder Judiciário do Rio de Janeiro disponibiliza textos informativos, dados estatísticos, legislação, notícias, publicações e vídeos. Divulga também informações de utilidade pública, como o contato dos equipamentos de proteção a mulher.

No que se refere aos serviços oferecidos, além de ferramenta de busca e agenda de eventos, merece destaque a Ouvidoria da

Mulher, que inclui formulário eletrônico e teleatendimento às mulheres e o Aplicativo Maria da Penha Virtual que atende a mulheres em situação de violência no estado do Rio de Janeiro. Assim, trata-se de um portal que atende as necessidades informacionais de mulheres em situação de violência e de outros interessados no tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação é um recurso essencial para a reflexão sobre e para a transformação da violência doméstica e familiar contra a mulher. Neste sentido, a curadoria de conteúdos possibilita identificar, selecionar e disseminar informações de qualidade que contribuam para conscientizar, prevenir e combater o problema.

Desse modo é possível construir e reconstruir significados e narrativas que condicionam as relações sociais, sendo essencial para o empoderamento das mulheres em situação de violência e para a transformação da mentalidade sobre o tema.

Os resultados deste estudo, não exaustivo, permitiu a identificação de apenas dez portais temáticos sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil, o que revela sua escassez.

A maioria dos portais recuperados está vinculada ao poder judiciário dos estados e prioriza a disponibilização de conteúdos de utilidade pública, materiais informativos e legislação. Ademais, no que se referem aos serviços associados, em geral, oferecem ferramentas de acessibilidade e de busca interna e alguns oferecem algum mecanismo de interação para fins de denúncia ou acolhimento.

REFERÊNCIAS

Almeida, C. C. (2004). Portais verticais. In: Tomaél, M. I. & Valentim, M. L. P. (Orgs.). Avaliação de fontes de informação na internet. Londrina: EDUEL, 2004. 155p. (pp.57-86).

Diante do exposto, percebe-se que os dez portais recuperados neste estudo apresentam conteúdos e serviços que permitem atender necessidades informacionais de diferentes públicos. Entretanto, percebe-se também que são insuficientes e fragmentados tendo em vista tanto a complexidade do problema, quanto a abrangência nacional.

Considera-se que em seu conjunto eles se complementam, mas que se revelam insuficientes para o enfrentamento a problema tão complexo e relevante.

Entende-se que especialmente o poder executivo em âmbito federal e estadual devem envidar esforços para disponibilizar informações que contribuam para o efetivo enfrentamento à violência contra a mulher em todos os estados do país, de modo que haja capilaridade e facilidade de acesso às informações sobre o tema em todo o território nacional, especialmente para as mulheres em situação de violência.

Para pesquisas futuras, recomenda-se também uma análise comparativa dos conteúdos e serviços disponibilizados no sentido de identificar e disseminar as melhores práticas. Sugere-se ainda a investigação de outras fontes e ambientes de informação, tais como as mídias sociais digitais.

Nesse sentido, considera-se que este estudo possibilitou vislumbrar o panorama da disponibilização de informações sobre a temática. Espera-se que contribua somando esforços para dar visibilidade ao problema e para destacar o papel da informação em seu enfrentamento.

Benedito, B. de O., Woida, L. M. & Ribeiro, M. A. (2021). A mediação da informação no combate à violência contra mulheres no espaço público. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, 14.

- Brasil (2006). Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art.226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República.
- Campos, M. L. & Almeida, G. H. M. D. (2017). Violência contra a mulher: uma relação entre dimensões subjetivas e a produção de informação. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 15(2), pp.349-367.
- Carneiro, I. (2020). O processo de debates e a construção de direitos. Fundação Demócrito Rocha; Universidade Aberta do Nordeste. (vol.2).
- Carvalho, A. V. (2020). Curadoria de conteúdo: entre os desafios e as perspectivas da informação digital. In: Carvalho, A. V. & Barbosa Neto, P. A. (Orgs.). Desafios e perspectivas em gestão da informação e do conhecimento. (pp.175-223).
- Conselho Federal de Psicologia (CFP) (2013). Documento de referência para atuação de psicólogas(os) em serviços de atenção à mulher em situação de violência. 2013.
- Ferreira, L. & Cortes, G. (2018). Enfrentando a violência contra as mulheres por meio da informação: o olhar dos/as estudantes de biblioteconomia. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 13(1), pp.19-44.
- Flick, U. (2013). Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes.
- Gomes, P. O. (2020). Gênero e interseccionalidades. Fundação Demócrito Rocha; Universidade Aberta do Nordeste. (vol.6). (pp.84-96)
- Guallar, J. & Codina, L. (2018). Curación periodística y documentación periodística: características diferenciales y convergencia necesaria. El Profesional de la Información, 27(4), pp.775-9.
- Guallar, J., Codina, L., Freixa, P., & Pérez-Montoro, M. (2020). Desinformación, bulos, curación y verificación. Revisión de Estudios en Iberoamérica 2017-2020. Telos: Revista de Estudios Interdisciplinarios en Ciencias Sociales, 22(3), pp.595-613.
- Harari, Y. N. (2020). Sapiens: uma breve história da humanidade. L&PM.
- Languens Garcia, J. (2013). Curso de content curation: concepto, definición y objetivos. Madrid. [Documento não publicado].
- Marques, R. (2020). Femicídio no Brasil. Fundação Demócrito Rocha; Universidade Aberta do Nordeste. (vol.3).
- Pontes, E. S. (2020). A educação no enfrentamento da violência doméstica e familiar. Fundação Demócrito Rocha; Universidade Aberta do Nordeste. (vol.5).
- Studart, H. (1983). Mulher: objeto de cama e mesa. Petrópolis: Vozes.
- Veloso, R. (2020). Mídia e violência doméstica. Fundação Demócrito Rocha; Universidade Aberta do Nordeste. (vol.11).
- Vianna, W. B., Freitas, M. C. V. de, Carvalho, A. V. & Tsunoda, D. F. Recuperar la “fe en la humanidad”: curación de datos, contenidos e informaciones en el enfrentamiento de la violencia contra la mujer - Un ensayo preliminar. In: Jorente, M. J. V., Segundo, R. S., Montoya, J. A. F., Martínez-Ávila, D. & Landim, L. (Orgs.). Curación digital y género en la ciencia de la información: acceso y preservación. (pp.67-88).